

# INTERESSE PÚBLICO: parceria no fortalecimento da cidadania ambiental<sup>1</sup>

Soraya Carvalhedo Honorato\*  
Isabel Maria Sampaio Oliveira Lima\*\*

## RESUMO

Faz-se aqui uma análise descritiva do Programa de Educação Ambiental executado mediante o Termo de Parceria celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia – IDES e o Centro de Recursos Ambientais – CRA, com vistas a fortalecer a gestão de uma unidade de conservação. Para tanto, analisou-se a metodologia empregada, a pertinência das ferramentas utilizadas, a interação e a repercussão do Programa na referida unidade de conservação. Constatou-se uma gestão mais eficaz dessa área, por ter havido a mobilização de instituições focadas nos mesmos propósitos de conservação. A educação ambiental como um processo contínuo, ativo, interativo e interdisciplinar, de fato, motivou a atitude protagonista de cada pessoa e do conjunto de indivíduos que se reconhece como titular de direitos.

**Palavras-Chave:** Cidadania. Meio Ambiente. Educação Ambiental. Sociedade Civil.

## ABSTRACT

### **Civil Society And Public Interests: Partnership To Strengthen Environmental Citizenship**

This paper is the descriptive analysis of an Environmental Education program which has been carried out by a partnership agreement between the Institute for Sustainable Development of Southern Bahia (IDES) and the Environmental Resource Center (CRA) to strengthen the management of a preserved area in the

---

<sup>1</sup> Agradecimentos: Embaixada da Holanda, Fundação O Boticário de Proteção À Natureza, Instituto Estadual de Meio Ambiente da Bahia - INEMA, COOTRASB, Fundo Mundial para a Natureza - WWF, Adonias de Castro V. Filho, Marion Letícia Bartolamei, Ricardo Cunha, Rogério Cunha Santos, Marcelo Costa, Carla Lessa, Fawaz Abdul e Márcio.

\* Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Professora Colaboradora na Linha Direito à Saúde, Meio Ambiente e Direitos Humanos do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Direito à Saúde e Família (UCSal-CNPq). E-mail: sol.honorato@gmail.com.

\*\* Doutora em Saúde Pública, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Salvador, Juíza de Direito (Bahia/1990- 2004). E-mail: isabelmsol@gmail.com

south of Bahia. In order to achieve this goal, the methodology, the relevance of the tools, the interaction and the impact of this program were analyzed. Effective management was observed in this area because institutions focused on similar conservation purposes were found to be involved. Environmental Education as a continuous, active, interactive and interdisciplinary process has triggered leading attitudes of every person and every group that recognize they have rights.

**Keywords:** Citizenship. Environment. Environmental Education. Civil Society.

## INTRODUÇÃO

O favorecimento das condições para a educação ambiental é um dos objetivos básicos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Respalhado na Constituição Federal de 1988, o SNUC, expresso na Lei 9.985/2000, instituiu, dentre outras categorias de espaços protegidos, a Área de Proteção Ambiental – APA, cuja meta é a proteção da biodiversidade, o disciplinamento do processo de ocupação e uso do solo e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. O grande desafio dos gestores de unidades de uso sustentável é estabelecer o equilíbrio entre a perpetuação da vida em todas as suas formas e a utilização dos recursos naturais.

Constitui igualmente um desafio para os gestores da educação brasileira exercitar os dispositivos previstos na Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, vez que tal norma apresenta a matéria como um componente essencial da própria educação nacional, atribuindo ao poder público promover o incentivo: (i) à sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação; (ii) à sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação; e (iii) à sensibilização ambiental dos agricultores (BRASIL, 2006b). A diretriz estabelecida se coaduna com a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9394/96), cujo artigo 2º apresenta como finalidade da educação o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. “Este fim, que se inspira nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, se configura dever comum da família e do Estado” (COSTA, LIMA, 2000, 293).

Os temas transversais, como âmbito de conhecimento e experiência, elencam, entre outros, a própria educação ambiental, de modo a promover valores de solidariedade e compromisso com as

gerações futuras (YUS, 1998). Todavia, a deficiência de quadros e de recursos disponíveis nos órgãos ambientais, nas três esferas do Poder Executivo, tem inviabilizado ações educativas, de forma que o descompromisso com a conservação da vida resulta na destruição acelerada e indiscriminada dos principais ecossistemas brasileiros e das unidades de conservação (THEULEN, 2004).

A atuação conjunta entre o poder público e a organização da sociedade civil e interesse público – OSCIP (BRASIL, 2006c) é uma modalidade de parceria prevista no Decreto nº 4.340/2002, que regulamenta o SNUC. O objetivo central é viabilizar o fortalecimento das unidades de conservação, mediante a execução das atividades previstas no plano de trabalho, construído com base na interação entre os entes cooperados e a comunidade local. Para cumprir o objetivo traçado, o Termo de Parceria – TP é o instrumento que firma o vínculo de cooperação entre as entidades qualificadas como OSCIP e o poder público. Além disso, constitui, em si, um avanço de caráter cívico, à medida que integra diferentes atores sociais no exercício de uma iniciativa pedagógica capaz de aproximar instituições públicas e privadas no foco prioritário e agregador do artigo 225 da Constituição Federal: o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O IDES foi pioneiro nacional na proposição e assinatura do TP, com a finalidade de partilhar com o poder público a gestão de uma unidade de conservação: a Área de Proteção Ambiental do Pratigi. Em observação sistemática (MINAYO, DESLANDES, 2002) do cotidiano dessa APA, constatou-se que o CRA (atual Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA da Bahia), no âmbito local, tratava-se de um órgão desarticulado, enfraquecido institucionalmente e desacreditado no interior das comunidades locais (CARVALHEDO et al., 2002). Nesse contexto de fragilidade acerca da gestão dos recursos naturais, o IDES vislumbrou o CRA, órgão gestor da APA do Pratigi, um potencial parceiro para fortalecer a conservação da natureza. A lógica da parceria pretendia potencializar, nas comunidades da APA, o desenvolvimento sustentável, sob a égide da dignidade, da educação e da cidadania ambiental.

## **A APA DO PRATIGI NO CONTEXTO DO BAIXO SUL DA BAHIA**

A APA do Pratigi insere-se na região do Baixo Sul da Bahia,

compreendendo uma área de Mata Atlântica de 86.000 ha, com florestas ombrófilas, estacional decidual e semidecidual, além do manguezal, da restinga e dos brejos interioranos. Abrange os municípios de Pirai do Norte, Ibirapitanga, Ituberá, Igrapiúna e Nilo Peçanha, cujas coordenadas estão compreendidas entre os paralelos 13° 32' 30" e 13° 55' S e os meridianos 38° 57' 30" e 39° 10' 30" W (SEMARH, 2004).

O Baixo Sul da Bahia é uma região de grande diversidade ambiental e paisagística. Ocupa uma área total de 6.156 km<sup>2</sup> e agrega onze municípios: Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Marau, Tancredo Neves, Pirai do Norte e Ibirapitanga (CAR, 1997). Situa-se no bioma da Mata Atlântica (MA) e apresenta uma cobertura vegetal de 17% da área total da região, constituindo-se no principal remanescente do estado (OCT, 2006). O estuário atinge 120.000 hectares de mangues em boas condições de preservação. Posto assim, agrega catorze Unidades de Conservação, sendo uma Estação Ecológica, nove APAs e quatro Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN.

Habita no Baixo Sul uma população de aproximadamente 260.743 pessoas, das quais 34,5% são economicamente ativas. A economia regional envolve 396.736 hectares, distribuídos entre 25.385 propriedades. Prevaecem as pequenas unidades produtivas (tamanho médio de dezesseis hectares), frequentemente exploradas em regime familiar e com uma agricultura extremamente diversificada, em termos de cultivos permanentes (OCT, 2006).

Apesar da diversificação da agricultura (policultura), a economia da APA do Pratigi é predominantemente extrativista e de subsistência, seja na exploração vegetal no litoral e na zona de tabuleiros, seja na atividade de pesca, restrita à zona litorânea. A pesca de canoa e a mariscagem (aratu, siri, guaiamum e caranguejo) são atividades de maior representatividade nas comunidades e a principal fonte de renda familiar. Na APA, a piaçaveira (*Attalea funiferat*), espécie de palmeira subespontânea, configura-se como a segunda fonte mais importante de emprego e renda da população litorânea, sendo também a maior produção das médias e grandes propriedades. Desde a década de setenta, mantém e complementa a renda de diversas comunidades litorâneas, especialmente das quilombolas. E apesar do impacto ambiental causado pela instalação dessas culturas, há quem considere o extrativismo da piaçava uma atividade conservacionista, vez que é manejada sem

derrubar a floresta. O dendezeiro (*Elaeis guineensis*), igualmente subespontâneo e de exploração extrativista, equivale à terceira cultura mais importante para a suplementação da renda.

No que concerne à sócio-economia de Ibirapitanga, Piraí do Norte e dos demais espaços continentais de Ituberá, Nilo Peçanha e Igrapiúna (zona dos tabuleiros), há predominância da seringueira (*Hevea brasiliensis*) e do cacauzeiro. Quanto às outras espécies que compõem a policultura na zona dos tabuleiros, constituem as mais expressivas: o guaranzeiro (*Paullinia cupana Kunth*), a bananeira (*Musa spp.*), a pimenteira-do-reino (*Piper nigrum L.*), o craveiro-da-índia (*Caryophyllus aromaticus*), o cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum*), a pupunheira (*Bactris gasipaeas*), a mandioca (*Manihot esculenta*) e as flores tropicais.

As comunidades quilombolas localizadas na APA do Pratigi são: Jatimane e Boitaraca, em Nilo Peçanha; Ingazeira e Lagoa Santa, em Ituberá; e, em Igrapiúna, os povoados de Dendê, Ilha das Flores, Ponta, Maruim, Olmeira, Pedra Mole, Rio de Carmesim, Rio Novo e Salina. Já no século XVIII, eram frequentes as fugas de escravos da Vila Nova Boipeba, atual Nilo Peçanha, para os quilombos (BAHIA, 2001), fato que justifica a presença marcante de negros na totalidade demográfica dos povoados supracitados. Comunidades tradicionais, descendentes dos escravos negros, os quilombolas da APA ainda sobrevivem em áreas informais, no que diz respeito à sua titularidade, embora tenham, na Constituição de 1988, as prerrogativas necessárias para garantir a legitimidade quanto à propriedade das terras que herdaram de seus ascendentes.

Acerca do perfil econômico das quilombolas, Lessa (2007) verifica que as atividades comerciais nelas desenvolvidas têm relação direta com o recurso natural disponível no entorno. Cita como exemplo as comunidades de Jatimane e Boitaraca (já reconhecidas pela Fundação Palmares), que sobrevivem da extração da piaçava e da atividade da pesca.

O Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, do Programa de Educação Ambiental da APA, identificou o turismo como uma atividade inexpressiva nos municípios integrantes da APA do Pratigi, comparando-se aos demais municípios que compõem a mesma Costa do Dendê: Marauá, Camamu, Valença e Cairu. Nos mesmos moldes, a SETUR (2003), ao verificar a heterogeneidade no nível de desenvolvimento da atividade turística de cada um dos municípios da Costa do Dendê, dividiu-os em quatro categorias, observando o fluxo turístico, o porte econômico e a perspectiva de desenvolvimento. Nota-se que Ituberá,

Igrapiúna e Nilo Peçanha se colocaram no grupo cuja categoria é de fluxo turístico baixíssimo, se comparado aos municípios com porte econômico pequeno, de atividade turística de pequena importância e de baixa perspectiva de desenvolvimento em curto prazo.

## **OS PROBLEMAS AMBIENTAIS E SUA GÊNESE**

As sedes dos municípios litorâneos da APA do Pratigi têm como um dos principais problemas ambientais, juntamente com a ausência de saneamento, o aterro e a invasão dos manguezais. Por falta de planejamento e de atividades educativas, praticamente toda a área plana da sede de Ituberá, município mais populoso da APA, é proveniente de aterro de manguezal.

Na região rural da APA, predomina a informalidade, de modo que as irregularidades relacionadas à demarcação e à titulação de terras, principalmente nas pequenas e médias propriedades, impedem investimentos produtivos nas unidades familiares. A consequência dessa informalidade é a exclusão social, que contribui para o descumprimento de medidas legais importantes: a averbação de Reservas Legais – RL e a conservação das Áreas de Preservação Permanente – APP.

A estrutura fundiária, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, consiste em um fator determinante para traçar o perfil de políticas sociais, ambientais e agrícolas de uma região, seja com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores, fazendo-os usufruir dos recursos de programas governamentais de habitação, saneamento e segurança legal da propriedade; seja no acesso às linhas de crédito agrícola e na proteção da água e da diversidade biológica.

As atividades agrícolas na APA, normalmente, estão dissociadas das técnicas adequadas de plantio, praticando as queimadas, os desmatamentos ilegais e os monocultivos; com isso, tornam o solo mais vulnerável à erosão laminar e à degradação, além de acelerar o processo de assoreamento de grande parte dos leitos fluviais da região (SEMARH, 2004). O modelo vigente demonstra a grande vulnerabilidade das famílias ao uso ineficiente dos recursos, da terra e do esforço de trabalho, base econômica de sua sustentação.

Atualmente, a pesca predatória também compromete o estoque pesqueiro da região e, segundo Lessa (2007), o que é produzido e também a forma de comercialização não geram renda suficiente para

manter os jovens na região, incluindo os descendentes dos quilombos, que saem das suas comunidades em busca de oportunidades em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Não há grandes empreendimentos turísticos na APA, com exceção de uma extensão de rodovia construída para interligar os povoados de Nilo Peçanha (Barra dos Carvalhos e Jatimane) e de Ituberá (Barra do Serinhaém e Praia do Pratigi) ao principal eixo da BA-001 na região. Ademais, são os nativos os frequentadores das praias e dos povoados da APA do Pratigi e a desordem estabelecida nesses espaços públicos se dá por ausência de um sistema constituído e eficiente para educar e orientar o uso e a ocupação do solo. A ausência das municipalidades e do estado se configuram na utilização das praias (ponto de desova de tartarugas marinhas) como rodovias e na inobservância de regras básicas estabelecidas pela vigilância sanitária para a comercialização de alimentos e bebidas. A vigente inapropriação da infraestrutura básica seria o fator de impedimento para o desenvolvimento do turismo na Praia do Pratigi, nessa área protegida: hospedagens e restaurantes deficientes em sua maioria, mão-de-obra pouco qualificada, ausência de sistemas de tratamento de esgoto e de usinas para triagem e compostagem de resíduos sólidos, parte das estradas mal conservadas, difícil acesso a algumas praias, transporte público deficiente e desordenamento urbano com invasão de manguezais, restingas e várzeas nos centros urbanos e povoados.

A gênese dos problemas ambientais remete ao início do povoamento do Baixo Sul. Os grandes desmatamentos de suas florestas ombrófilas ocorreram a partir do século XVI, para a implantação e a expansão da cana-de-açúcar e, posteriormente, no final do século XVII, para as culturas da mandioca, do milho e do feijão, com vistas a manter os povoados que ali se estabeleceram. Documentos recentes (IDES, 2001; NASCIMENTO et al, 2007) também atribuem os desmatamentos das florestas ombrófilas à extração da madeira do pau-brasil (*Caesalpinia echinata*). Tais registros apontam essa exploração como a causa da colonização da região sul e do surgimento de entrepostos comerciais ao longo da costa baiana, na primeira metade do século XVI.

Mas no século XVIII, outras monoculturas foram introduzidas na região, dentre elas o cacaueteiro (*Theobroma cacao*), cuja amêndoa tornou-se o produto mais importante na economia da Bahia. Até o século XIX, os produtos de subsistência e das atividades extrativistas escoavam-

se pelos portos de Ituberá e Nilo Peçanha, com destino a Salvador (IDES, 2001). Contudo, a região desintegrada do modelo agroexportador gerou uma sociedade com baixo dinamismo sócio-econômico, enfraquecendo-se de vez com a decadência econômica do Recôncavo. Resultou dessa limitação o isolamento econômico e cultural do Baixo Sul, que começou a reverter-se com a pavimentação da BR-101, nos anos de 1940, dentro dos espaços geográficos de parte dos municípios da região. O traçado da rodovia federal, todavia, distanciava-se de toda a parte litorânea, de modo que foi a construção da BA-001, na década de 80, o elemento reestruturante para cessar a estagnação dos municípios até então isolados (LESSA, 2007).

Um diagnóstico da zona dos tabuleiros da APA do Pratigi (CHIAPETTI, ROCHA, MELLO, 2006) demonstrou que, com uma densidade de 32,8 hab/km<sup>2</sup>, as famílias residentes nos imóveis rurais amostrados vivem em condições precárias de educação, saúde e habitação. A escolaridade das famílias amostradas ficou assim distribuída: 85,7 % de analfabetos, 17,4 % com 1º grau incompleto e 4,3 % com 1º grau completo. Na região, até 2006, não existia posto de saúde, nenhuma das famílias possuía acesso à água encanada e apenas 5,77 % dispõe de energia elétrica. Somente 15,38 % das comunidades rurais possuíam banheiro interno, 26,9 % utilizavam fogão a gás e 71,15 % tinham rádio. Além disso, 95,2 % da comunidade rural consideravam como principal problema na atividade agrícola a falta de assistência técnica e de crédito, demonstrando a necessidade de um programa continuado de assistência técnica e capacitação.

Nascimento *et al.* (2007), considerando a totalidade do território do Baixo Sul, assim resumem o conjunto de indicadores de condições sanitárias: (i) deficiência de 58,18% no destino correto do lixo; (ii) deficiência de 51,59% no abastecimento adequado de água; (iii) deficiência de 53,19% na distribuição interna da água; (iv) deficiência de 43,49% na existência de instalações sanitárias e (v) deficiência de 67,52% no esgotamento satisfatório dos dejetos domésticos.

## **O PROGRAMA E A COMUNIDADE DA APA DO PRATIGI**

O Programa de EA ora analisado foi concebido para gerar, junto à comunidade, um diagnóstico que ensejou perceber a dinâmica dos problemas sócio-ambientais da APA dentro de seu próprio contexto.

Assim, resgatou nos registros históricos a relação pregressa entre a sociedade que originou o Baixo Sul da Bahia e os recursos naturais da região, a fim de conhecer e entender a gênese dos problemas sócio-ambientais da APA. Era propósito do diagnóstico conhecer a complexidade dos fenômenos que envolveram aquelas comunidades, suas histórias de vida, datas importantes, valores éticos, sua consciência coletiva e também produzir conhecimento nessa inter-relação, porque todo o arcabouço de informações e dados seria a sustentação do plano de trabalho previsto no TP. Nesse processo dialógico, foi objetivo específico incentivar, nas comunidades locais, o protagonismo na reversão do histórico de degradação dos recursos naturais que há muito persistiam. A realização da campanha de educação ambiental foi possível em resposta à adoção do novo modelo institucional da APA do Pratigi e, ainda, devido ao comprometimento e à sensibilidade da equipe de trabalho. O TP permitiu a aquisição de equipamentos e a contratação da mencionada equipe para gerir a APA, elaborar projetos, captar recursos e coordenar a vigilância ambiental. Integraram a equipe, além de profissionais externos, dois técnicos de nível médio, oriundos das comunidades pesqueiras e aos quais foram atribuídas as atividades de vigilância e de educação preventiva, com vistas a diminuir os ilícitos ambientais. Foram contratados um jornalista, com a função de redigir o jornal da APA do Pratigi, e dois pedagogos (artistas locais), para coordenar as atividades de educação ambiental nas oficinas e subsidiar os programas de rádio, ensejando os moldes praticados na educação (MAGALHÃES, 2006).

Importa dizer que a equipe de trabalho estava motivada e consciente do desafio de caminhar, pareada, ombro a ombro, com cada comunidade da APA. Tal engajamento foi fundamental para cumprir o plano de trabalho estruturado com uma agenda tão intensa e tão presente nos quatro pontos cardeais da área protegida. Foram diversas pernoites (da equipe ou de parte dela) nas residências de pessoas comuns, dos polos de mobilização, uma vez que em nove dos dezesseis povoados, o acesso é exclusivamente por via fluvial.

Raro era não compartilhar dos mesmos espaços e do mesmo alimento com os participantes das oficinas. Raras também eram as oficinas nas quais líderes e não líderes das comunidades deixavam de empenhar-se em alguma tarefa concernente a cada etapa do programa, fosse no processo de mobilização dos seus pares e/ou na organização das

atividades, fosse no processo de conscientização, mediante o resgate da sua própria história e a complexidade que a envolvia, fosse ainda no processo de politização (FREIRE, 2006), reconhecendo-se como agente de transformação. Nesse esteio, protagonizavam os personagens e as histórias que compunham os textos dos jornais e as pautas dos programas de rádio da APA, postavam recados, dedicavam afeto aos entes queridos, deixavam suas impressões e se conscientizavam da condição de pertencimento a um ambiente que urgia por cuidados. Solidariamente se disponibilizavam como guias, por estradas não asfaltadas, em comunidades de difícil acesso e em algumas das viagens noturnas na lancha de alumínio da APA. Todo o diálogo, sempre pautado na relação democrática, se configurava como oportunidade para problematizar a realidade sócio-ambiental da comunidade e com ela descobrir meios para superar os problemas constatados.

O presente trabalho é o relato de uma pesquisa clássica e, talvez por isso, conforme a visão de Freitas (2002), dê a impressão de que o objeto de estudo, no caso o programa de EA, tenha sido analisado de forma fragmentada, como um elemento isolado da abordagem sócio-histórica da comunidade, visto que é um desafio descrever a riqueza do evento e, ao mesmo tempo, “focalizar os fatos [...] sem perder de vista a meta romântica de conservar toda a riqueza [desse] objeto” (FREITAS, 2002, p. 23).

## **METODOLOGIA**

O programa de educação ambiental, estudo de caso da pesquisa aqui apresentada, durou 24 meses, envolvendo diretamente 1.296 pessoas residentes na APA e um número muito maior de ouvintes da rádio e das campanhas advindas da EA. O presente trabalho procedeu à análise descritiva, centrada nos dados acerca das comunidades de Ituberá, Igrapiúna e Nilo Peçanha. Para tanto, considerou os espaços geográficos e os processos interativos do contato direto dos pesquisadores com a ação promovida, pautados na ecopedagogia (GADOTTI, 2009), com foco no desenvolvimento da cidadania planetária. O marco zero foi a sistematização dos dados segundo a memória do programa: relatórios mensais das atividades, relatório do diagnóstico rápido participativo – DRP; registros fotográficos, gravações de caso e programas de rádio, edições dos jornais da APA, listas dos participantes nos eventos, depoimentos dos representantes comunitários

e dos executores do processo pedagógico. Foram também analisados os dois volumes do plano de manejo da unidade de conservação (IDES, 2001). O estudo examinou: (i) a metodologia empregada na mobilização comunitária e a pertinência das ferramentas utilizadas para o desenvolvimento das atividades com diferentes faixas etárias; e (ii) a interação, a repercussão e a eficiência do Programa nas comunidades locais, enquanto produto do Termo de Parceria na construção de um processo dialógico para a conservação.

## **FASES DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O programa de educação ambiental – EA, com as fases de Diagnóstico Rápido Participativo – DRP, Mobilização e a Execução da Campanha, envolveu dezesseis comunidades dos três municípios, então integrantes da APA, por meio de ações de educação ambiental não formal: Rio do Campo, Jatimane, Itiúca, Barreiras e Barroquinha, Boitaraca, São Francisco, Barra dos Carvalhos, Ambar, Ancoral, Ilha das Flores, Ponta, Tubarões e Contrato, Pescaria e Timbuca. Dentre as citadas, foram eleitos os polos de mobilização ou locais para os encontros das comunidades e realização das atividades.

Com as ações de educação informal, mediante programa de rádio e publicações educativas, foi ampliada a abrangência para toda a região do Baixo Sul da Bahia: Cairú, Camamú, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Maraú, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Taperoá, Valença e Tancredo Neves.

O programa, executado no período de 2001 a 2002, estabeleceu parcerias com a Embaixada da Holanda e com o Fundo Mundial para a Natureza – WWF, tendo apoio da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza – FBPN. Diante da paradoxal condição da época atual, Morin (2003: 27) entende que “não há nenhuma consciência pertinente que seja válida se não tiver pelo menos o mundo como horizonte para todos os grandes problemas”. Assim, foi propósito do programa de EA a conjunção de esforços dos parceiros, visando construir horizontes para a sustentabilidade das pessoas e do meio ambiente.

## **O DIAGNÓSTICO**

Apesar do amplo acervo de informações contidas no plano de manejo da APA do Pratigi, privilegiou-se realizar o diagnóstico do

espaço em foco, com vistas a compreender a unidade de conservação na perspectiva dos sujeitos residentes nas comunidades rurais e estuarinas, para assim envolvê-los nas discussões acerca dos problemas ambientais. Desse modo, adotou-se a entrevista informal, com variados atores sociais e em diversas ocasiões, escolha corroborada na visão de Freitas (2001), para quem o indivíduo se expressa com um tom coletivo, refletindo a realidade de seu grupo, etnia, classe e momento sócio-histórico.

E com interlocução tão afinada entre comunidade local e equipe de mobilização da APA, não houve dificuldade em otimizar tempo e recurso, envolver voluntários residentes nelas para registrar as pessoas a serem atendidas pelas campanhas educativas. Geralmente os diálogos eram precedidos por pesquisa documental com foco no levantamento sócio-ambiental: número de crianças regularmente matriculadas nas escolas, identificação de lideranças comunitárias, reconhecimento de recursos naturais disponíveis e impactos ambientais.

Por meio de um censo populacional (IDES, 2001) e da contagem direta da população, realizada em duas comunidades (Ambar e Ilha das Flores: subárea sul do Pratigi), foi possível comparar o número de pessoas envolvidas e o tamanho aproximado de da população local, estimando-se a porcentagem de pessoas atendidas nas campanhas educativas.

Para robustecer a observação direta da realidade, o DRP, estimulando a participação popular, captou a perspectiva de cada comunidade a ser atendida pelo projeto.

A constatação e o estímulo à diversidade e à singularidade de opiniões é um recurso importante para a Educação Ambiental, não apenas pela questão ética de respeito ao outro, mas, sobretudo, porque não há como prescindir da participação popular na implementação de medidas que venham reduzir os impactos ambientais ou que privilegiem a conservação ambiental. (MANZANO FILHO, 2000, p. 48-53).

As fases de planejamento e de execução das atividades refletiram as diferentes dinâmicas do cotidiano de cada comunidade, observando-se os elementos culturais específicos (ASSMANN, 1998), constatados no DRP, com base nas técnicas citadas a seguir: (i) entrevista não estruturada (diálogo): realizada por meio de visitas frequentes, com o intuito de estreitar os laços de afetividade, construir uma relação de confiança, obter informações de qualidade e mais precisas acerca da comunidade e perceber com clareza os anseios desta; (ii) agenda da

sazonalidade: construída para conhecer a rotina dos homens e mulheres acerca das suas atividades econômicas. O calendário da agenda apresentou informações como a tabela da maré, o regime de chuvas, as oportunidades de renda em alta e baixa estações, épocas do defeso e da pesca e ainda do extrativismo vegetal. Foi ouvida ao menos uma família de cada comunidade; (iii) caminhada transversal: levantamentos de campo com o acompanhamento de ao menos dois informantes de cada comunidade para registrar as características relevantes (fauna, flora, solo e relevo) das paisagens predominantes no bioma Mata Atlântica, a infraestrutura de apoio, os problemas ambientais e as possíveis soluções; (iv) rotina diária: levantamento complementar à agenda, com o intuito de registrar a rotina das crianças em idade escolar, dos adolescentes, do transporte escolar e dos educadores.

Buscou-se a prática da negociação no agendamento das atividades de EA no modo operacional para a condução dos trabalhos, respeitando-se, assim, a participação dos educandos, enquanto processo de cidadania (PUIGGRÓS, 1997). Além dos procedimentos de observação direta, do trabalho de campo e do diálogo, valorizou-se a observação dos participantes do programa, as cartas enviadas ao escritório da APA e ao programa de rádio, os diários de campo dos fiscais, enquanto membros das comunidades pesqueiras, os documentos públicos (GODOY, 1995) e o uso da história de vida/história oral (ALBERTI, 2004) de pessoas comuns e líderes nas comunidades em estudo.

O levantamento populacional prévio e a lista de nomes dos educandos, colhidos na primeira fase da execução dos projetos, pretendeu a divulgação da área protegida, o fortalecimento institucional, a divulgação dos parceiros e a identificação das pessoas das comunidades para a organização da agenda e controle da distribuição do material. Buscou-se também a identificação de lideranças comunitárias como potenciais integrantes do conselho gestor da APA do Pratigi.

## **A MOBILIZAÇÃO E A EXECUÇÃO**

A partir do roteiro programático, foi iniciado o processo de mobilização comunitária e de divulgação das atividades, em diferentes níveis: (i) no programa de rádio “APA do Pratigi: O Futuro Continua Aqui?”; (ii) nas escolas estuarinas, pelos vigilantes ambientais da APA, e no segundo momento, em visitas domiciliares com o apoio dos agentes

de saúde e professores atuantes naqueles locais; (iii) nas Secretarias de Educação dos três municípios envolvidos.

O público-alvo do programa de EA foi identificado e caracterizado com base nos seguintes critérios: ocupacional, etário e de gênero. Desenvolveram-se debates para jovens e adultos, oficinas para crianças e adolescentes e, em uma fase posterior do programa, a integração dos dois grupos etários, em campanha para cada comunidade envolvida.

A oficina de construção de bonecos, o uso de técnicas teatrais e os debates foram adotados porque permitem a promoção da integração dialógica dos educandos e têm a capacidade de suscitar no público reações aferidas a partir da identificação da realidade deles com as questões apresentadas (FREIRE, 2006, p. 68-72), vinculando-se esse “saber fazer”, enquanto necessidade real, caracterizadora da mudança de lugar, de sujeito passivo para sujeito ativo (FREIRE; FAUNDEZ, 1985). No contexto de integração formado, os eventos do cotidiano da comunidade eram resgatados por seus pares, quer no debate, quer na oficina de bonecos, fortalecendo a possibilidade de intervenção cidadã.

As oficinas são formas de produção coletiva de conhecimento e constituíram oportunidade para motivar cada criança e adolescente em relação ao legado ambiental. Os educadores, atentos à riqueza do processo de aprendizagem do público infanto-juvenil, centraram a atenção no exercício da autoconfiança, convidando-os à integração social a partir da expressão espontânea das perguntas, dos questionamentos, das observações enquanto processo de incentivo da consciência crítica, que legitima a cidadania (FREITAS, 2001).

As oficinas criadas durante a atividade dividiram-se em quatro etapas: (i) teatro de fantoches e demonstração dos materiais e métodos de trabalho; (ii) distribuição, para as crianças, dos kits de cadernos reciclados; (iii) divisão de grupos de trabalho; (iv) trabalho coletivo de confecção dos bonecos; e (v) apresentação do teatro de bonecos confeccionados no encerramento do debate.

Já os debates com os adultos envolveram diferentes categorias ocupacionais, de modo a enriquecer cultural e operacionalmente as atividades. Pescadores, marisqueiras, pequenos agricultores, merendeiras, agentes de saúde, líderes comunitários, extrativistas de piaçava e dendê, líderes religiosos, educadores e estudantes engajaram-se na dinâmica segundo suas vivências. Durante os debates, emergiram dos próprios participantes os seguintes temas: (a) o aterro dos manguezais;

(b) a mariscagem na época de desova; (c) a captura do camarão em período de acasalamento; (d) a pesca com bomba e a legitimação da responsabilidade dos pescadores frente à conservação estuarina; (e) a beleza cênica do manguezal e sua importância como mantenedora da perpetuação da vida; (f) a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos sólidos; (g) as noções de ecologia sob a perspectiva do ecossistema manguezal e a valorização das culturas tradicionais na região, a partir das figuras folclóricas do manguezal.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Analisando a Figura 01, que retrata o envolvimento das comunidades no programa ambiental, constatou-se a média geral de participação social de aproximadamente 32% dos 4.042 moradores estimados (BAHIA, 2002).

Foi considerada relevante a repercussão da parceria institucional, visto ser a primeira atividade desse porte e natureza (educação ambiental) e haver grandes distâncias geográficas entre as comunidades e os polos de mobilização, dificultando o acesso. Trata-se, igualmente, de um trabalho pioneiro na APA, envolvendo número diferenciado de parceiros junto às comunidades, de forma simultânea e concatenada, com dois veículos de comunicação de massa continuamente disponíveis: o programa de rádio, com edição semanal, e o jornal da APA, com edição trimestral.

Considerando-se a quantificação de educandos e moradores durante a campanha de sensibilização, mediante listas e registros de imagens, observa-se que, do total da população, 1.296 pessoas estiveram diretamente vinculadas à campanha de sensibilização, sendo 45 % de crianças e adolescentes e o restante, de adultos.

### Participação nas campanhas de sensibilização

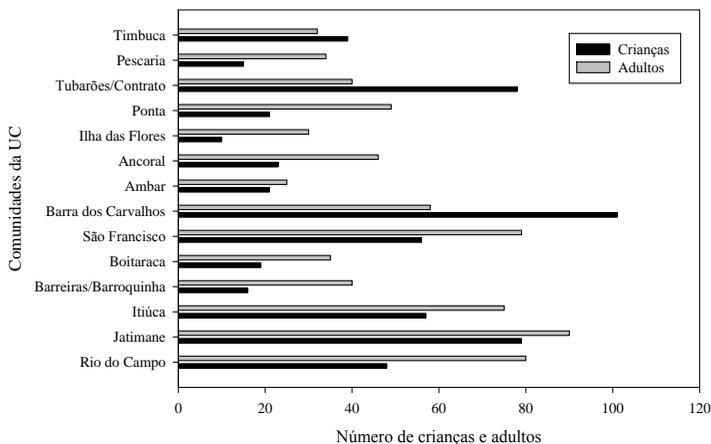


Figura 01 - Número de pessoas por comunidade que participaram das campanhas de sensibilização ambiental

O público de São Francisco, congregando pescadores e marisqueiras, com 652 moradores, obteve uma participação de 15% do total da população adulta, retratando, diferentemente das demais comunidades, baixo envolvimento com a causa ambiental, caracterizado nos recorrentes ilícitos constatados no diagnóstico: pesca com bomba, caça de animais silvestres, desmatamento e construções irregulares (inobservância dos parâmetros ambientais previstos no plano de manejo da APA do Pratiği). Fator de igual relevo e que impactou negativamente o engajamento desses atores na campanha foi a coincidência das atividades educativas com o período da pesca, sendo esta a principal atividade econômica de Barra dos Carvalhos e de São Francisco. Realidade oposta à de São Francisco verificou-se na comunidade quilombola Boitaraca, essencialmente agroextrativista. Não obstante o difícil acesso ao local do evento e o horário noturno das atividades, a participação dessa comunidade e dos professores foi de 76%, incluindo os moradores mais idosos.

A desmotivação expressa no público adulto e jovem do São Francisco, somada à prática delitativa recorrente em todas as comunidades, constituem reflexos do processo educativo falho e omissivo do estado e dos municípios, visto não consolidarem propostas integradas e

continuadas no escopo da educação formal e não formal, preconizadas no artigo 10 da norma infraconstitucional em questão (Lei nº 9.795/1999). É a mesma realidade descrita por Cribb (2008), ao debruçar-se sobre os diversos aspectos da gestão de unidades de conservação (especialmente das APAs): (i) os precários sistemas de educação; (ii) os conflitos de interesses entre as diferentes representações da sociedade (público e privado); (iii) as ingerências governamentais na imposição dessas áreas protegidas e; (iv) os impactos da degradação ambiental, produto da desarticulação entre o poder público, a comunidade e a iniciativa privada.

A despeito da necessária ressignificação do processo educativo, a partir da inserção da ecopedagogia no currículo escolar, Fernandes e Feitosa (2006) entendem que a educação escolar é fundamental para construir uma sociedade focada no princípio da sustentabilidade.

A Figura 01 também revela um engajamento ainda tímido do público infantil, uma vez que apenas 14% da soma total das crianças de todas as comunidades compareceram aos eventos programados, mesmo após o convite pessoal em cada prédio escolar e diariamente reforçado no programa de rádio. Identificou-se uma participação positivamente diferenciada do público infantil e adolescente nas comunidades de Contrato, Jatimane, Barra dos Carvalhos e em Tubarões (povoado longínquo, cujo acesso se dá por estuário e trator ou marítimo). Nelas, constatou-se um vigoroso processo de mobilização, pela motivação dos professores com a dinâmica educativa proposta ou pelo acervo didático oferecido. Outro indicador do engajamento dos professores foi a espontânea assimilação das melodias e letras das canções por parte das crianças de Barra dos Carvalhos, que formaram um coral. Nesse esteio, a experiência aqui retratada reafirma o pensamento de que a atividade de mobilização que antecede o exercício do processo educativo é estratégica para a formação de multiplicadores, de agentes, mediante a formação de novos sujeitos sociais (BUTZKE, PEREIRA, NOEBAUER, 2009).

Atento ao teor do artigo 12 da Convenção sobre Direitos da Criança (ONU, 1989), que trata do direito da criança e do adolescente à participação, o programa de EA promoveu a perspectiva participativa e incentivou a integração da população infanto-juvenil, a sua palavra e a sua criatividade. Observou-se que as crianças interagiram de forma especial com os seus pais e com os mais velhos, partilhando novos saberes e incentivando a assimilação dos valores propostos no programa.

Ao enfatizar a riqueza regional e o legado cultural da população, os programas de rádio e o material didático despertaram a autoestima e a autoconfiança das crianças e dos adultos participantes e ouvintes do programa de rádio. O respeito aos valores da cultura mostrou-se relevante, pois o público se identificou com o repertório que trata do cotidiano do pescador, das figuras míticas e folclóricas e das perdas e ameaças no manguezal a partir da pesca predatória.

Ramsey (2002) relatou uma experiência similar no litoral canadense, na qual a música configurou importante ferramenta pedagógica empregada para estabelecer a conexão entre os educandos e o manguezal, ecossistema predominante na região. O objetivo do trabalho descrito pelo autor era sensibilizar aqueles alunos acerca da complexidade e da importância do ecossistema e motivá-los ao pensamento reflexivo quanto aos resultados das atividades predatórias.

O processo de cidadania, enquanto participação social dos indivíduos, advém, sobretudo, da compreensão dos elementos constituintes do campo de ação das pessoas envolvidas (VYGOTSKY, 2001). Seja a cidadania na área de saúde, de educação ou na área ambiental, entre outras dimensões, é fundamental que os grupos sociais se reconheçam enquanto titulares de direito. O trabalho desenvolvido junto à comunidade partiu do conceito de direito ao meio ambiente saudável, na condição de bem comum a ser preservado por todos para o uso sustentável.

Durante o processo, houve referência explícita aos patrocinadores, de modo que os educandos e os moradores identificassem que um trabalho de tal magnitude requer a coparticipação de diferentes atores sociais. Na sequência, caracterizado o engajamento do órgão público e dos parceiros privados na defesa ambiental, explicitou-se a dimensão coletiva da cidadania. Durante o Programa de EA, foi enfatizada a relação entre a proteção do meio ambiente e o interesse público, projetando-se a perspectiva de compromisso intergeracional dos diferentes atores no fortalecimento da cidadania ambiental.

Considerando os dados apresentados na Tabela 01, depreende-se que a participação das dezesseis comunidades não foi homogênea. A circunstância advém, sobretudo, de limites impostos pela dispersão geográfica dos moradores nos distritos mais distantes, condição que, de *per si*, dificulta a disseminação de informações e o comparecimento das pessoas aos eventos. A contingência da distância revela que o processo

de cidadania se fortalece quando há aproximação e incentivo de um objetivo comum, capaz de agregar o interesse de diferentes comunidades.

Tabela 01 – Comunidades diretamente envolvidas nas campanhas de sensibilização; municípios a que pertencem; população estimada e pessoas presentes nas oficinas

COMUNIDADE	MUNICÍPIO	POP. ESTIMADA	POP. ATINGIDA (%)
Rio do Campo	Ituberá	356	36
Jatimane	Nilo Peçanha	279	61
Itiúca	Nilo Peçanha	329	40
Barreiras/Barroquinha	Nilo Peçanha	182	31
Boitaraca	Nilo Peçanha	71	76
São Francisco	Nilo Peçanha	925	15
Barra dos Carvalhos	Nilo Peçanha	652	24
Ambar	Igrapiúna	120	38
Ancoral	Igrapiúna	150	46
Ilha das Flores	Igrapiúna	100	40
Ponta	Igrapiúna	95	74
Contrato/Tubarões	Igrapiúna	358	33
Pescaria	Igrapiúna	123	40
Timbuca	Igrapiúna	302	23
<b>TOTAL</b>		<b>4.042</b>	<b>32</b>

Para a equipe da APA, a construção do aprendizado dependeria da escala de envolvimento dos educandos, materializada, mediante o Programa de EA, na mudança de comportamento para a defesa do meio ambiente. Além de ter sido pioneiro na sua modalidade e objetivo, o Programa constituiu-se na primeira experiência dessa natureza a alcançar cinco dos dezesseis povoados. Ao longo do projeto, constatou-se que as campanhas de sensibilização resultaram em integração entre a equipe da APA e as comunidades estuarinas, proporcionando uma construção dialógica do diagnóstico acerca dos problemas ambientais vigentes, bem como a discussão de diretrizes para traçar o plano de trabalho da UC, com vistas a promover a defesa ambiental.

A credibilidade atribuída ao CRA, por parte da comunidade local,

foi um resultado positivo, constatado mediante o aumento considerável no recebimento de denúncias de crimes ambientais, a partir do programa de EA. Apesar de abranger originalmente apenas três municípios, incluindo, a seguir, outros dois, Pirafó do Norte e Ibirapitanga, o escritório administrativo da APA do Pratigi passou a ser encarado pelas comunidades como uma base regional do CRA, inclusive após o final do programa.

Todavia, o fator que marcou o início do processo de fortalecimento da APA foi a gradual mudança de comportamento na comunidade, que tomou para si a corresponsabilidade dos problemas dessa área protegida. Dentre eles, a entrega na sede da APA de animais silvestres em situação de risco, a busca por informações sobre legislação ambiental e licenciamento, a pesquisa científica e escolar, a solicitação de fiscalização ambiental, a demanda de orientações referentes a construções civis e ao manejo dos recursos florestais e pesqueiros, a participação nos programas de rádio, as homenagens expressas em cartas e verbalmente.

Outro indicador significativo da repercussão da parceria institucional para desenvolver a cidadania ambiental foi a continuidade da utilização, pelos professores, do material didático distribuído durante o Programa. O que ocorreu mesmo após passado o período de 24 meses.

As atividades de confecção e apresentação do teatro de fantoches também promoveram resultados positivos na população infanto-juvenil, estimulando a curiosidade dos estudantes para os temas ambientais e motivando-os para discutirem os problemas locais.

Um dos indicadores do envolvimento da população traduziu-se na iniciativa revelada nas atividades desenvolvidas pela equipe da APA e seus parceiros. Identificou-se que a comunidade ainda percebe a instituição governamental de meio ambiente como sua principal aliada nos programas de desenvolvimento sócio-ambiental.

## **CONCLUSÃO**

O presente estudo de caso constatou que a atuação do CRA foi mais eficaz na APA do Pratigi e mobilizou o maior número de pessoas para a conservação, a partir do estabelecimento de diversas parcerias com instituições focadas nos mesmos propósitos. O estudo identificou ainda a pertinência das ferramentas utilizadas para as diferentes faixas etárias do público-alvo, apesar da participação, até o momento, tímida de

alguns segmentos comunitários em determinadas atividades. Comprovou-se que a adoção da educação ambiental como um processo ativo, interativo e interdisciplinar, conforme recomendação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, promove a cidadania e a atitude protagônica de cada pessoa e do conjunto de indivíduos que se reconhece como titular de direitos.

As atividades ecopedagógicas devem ser delineadas continuamente, com foco na preservação e na prevenção, reversão e reparação do dano ambiental, visto serem negligentes os processos (no licenciamento ambiental, no manejo dos resíduos de consumo, no uso do solo, da vegetação e dos recursos hídricos) que regem as atividades econômicas. Somente a promoção da defesa ambiental baseada em dois eixos pode vir a dar continuidade a este trabalho, que repercutiu significativamente na área da APA: (i) a compreensão de que cada cidadão é titular de direitos e, como tal, tem obrigações com o seu país; e (ii) o compromisso com as gerações futuras.

Mesmo com os limites advindos de uma análise descritiva, concluiu-se que a repercussão da parceria institucional para o desenvolvimento da cidadania ambiental contribuiu positivamente. Deste modo, campanhas de semelhante magnitude, agregando parceiros públicos e privados, constitui iniciativa replicável para a sensibilização comunitária em quaisquer áreas legalmente protegidas.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ASSMANN, H. *Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente*. 3 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. *Roteiros Ecoturísticos da Bahia – Costa do Dendê*. Salvador: A Secretaria, 2001.

BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2006a.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Ambiental*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2006b.

BRASIL. *Organização da Sociedade Civil e Interesse Público*. 5. ed. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 2006c.

BUTZKE, I. C.; PEREIRA, G. R.; NOEBAUER, D. Sugestão de indicadores para avaliação do desempenho das atividades educativas do sistema de gestão ambiental – SGA da Universidade Regional de Blumenau – FURB. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Rio Grande, v. esp, abr./maio/jun./2001. Disponível em: <<http://www.sf.dfis.furg.br/mea/remea>>. Acesso em: 12 out. 2009.

CAR – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS: Sul da Bahia. Salvador: CAR, 1997.

CARVALHEDO, S. C. et al. Área de Proteção Ambiental do Pratigi: uma experiência inovadora de parcerias. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 3, 2002, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza: Associação Caatinga, 2002.

CHIAPETTI, J.; ROCHA, R. B. e MELLO, D. L. N. *Diagnóstico e propostas para o desenvolvimento sustentável da estrada da cidadania*. Relatório Técnico. 19 p. 2006.

COSTA, A. C. G. da, LIMA, I. S. O. L. Estatuto e LDB: direito à educação. In: *Pela justiça na educação*. KONZEN, A. A. et al. Brasília: MEC. FUNDESCOLA, 2000.

CRIBB, S. L. S. P. 2008. Gestão das áreas de proteção ambiental e comunidades locais: uma parceria necessária. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. Rio Grande, v. 20: 350-371, jan./jun./2008.

FERNANDES, D. G.; FEITOSA, A. A. F. M. A. 2006. Ecopedagogia e currículo: a construção de saberes e sujeitos sociais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: MATOS, K. S. (org.) *Cultura de paz, educação ambiental e movimentos sociais: ações com sensibilidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREITAS, A. L. *Pedagogia da conscientização – um legado de Paulo Freire à formação de professores*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

FREITAS, M. T. de A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, (116): 21-39. Julho/ 2002.

GADOTTI, M. *A ecopedagogia como pedagogia apropriada ao processo da carta da terra*. Disponível em: <[http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev21/moacir\\_gadotti.htm](http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev21/moacir_gadotti.htm)>. Acesso em: 12 out. 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v.35 (2): 57-63, Mar./Abr. 1995.

IDES – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BAIXO SUL DA

BAHIA. Plano de Manejo da APA do Pratigi. Ituberá, 2001.

- LESSA, C. M. *Identificação de áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade na zona estuarina da Costa do Dendê, Bahia*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. 2007. 125 p.
- MAGALHÃES, F. C. B. Direito e meio ambiente: o advogado como educador ambiental. In: MATOS, K. S. (org.) *Cultura de paz, educação ambiental e movimentos sociais: ações com sensibilidade*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.
- MANZANO FILHO, G. O novo retrato do Brasil. In: WWF. World Wildlife Fund. Revista Galileu. Rio de Janeiro, v. 9 (108): 48-53, jul/2000.
- MINAYO, M. C. de S. DESLANDES, S. F. *Caminhos do pensamento: epistemologia e método*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.
- MORIN, E. *Planeta: a aventura desconhecida*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.
- OCT – Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia. Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável para APA do Pratigi. Ituberá: OCT, 2006.
- NASCIMENTO, A. et al. *Baixo Sul: uma proposta de desenvolvimento territorial*. Coleção Gestão Social – Série Editorial CIAGS. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007. 224p.
- ONU. *Convenção dos Direitos da Criança*. Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/doc\\_crianca.php](http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php). Acesso em: 23 out. 2009.
- PUIGGRÓS, A. *Voltar a educar*. Rio de Janeiro: AGIR, 1997.
- RAMSEY, D. The role of music in environmental education: lessons from the cod fishery crisis and the dust bowl days. *Canadian Journal of Environmental Education*, Ontário, v. 7: 1-16, 2002.
- SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais. *Plano de Manejo da área ampliada e complementação da fauna da área antiga da APA do Pratigi*. Salvador: SEMARH, 2004.
- SETUR – SECRETARIA DE TURISMO. PRODETUR NE II – *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Polo Litoral Sul Bahia – diagnóstico*. Salvador: FGV, HSV, SUDETUR, 2003.
- THEULEN, V. Manejo e gerenciamento das unidades de conservação federais segundo a percepção dos seus chefes. *Natureza & Conservação*. V. 12 (2): 66 -76, Out./2004.
- VYGOTSKY, L. S. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- YUS, R. *Temas transversais em busca de uma nova escola*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

